

MÃE E OPERÁRIA OU OPERÁRIA E MÃE? OS DESAFIOS DAS MULHERES TRABALHADORAS NA DÉCADA DE 1970 NAS PÁGINAS DO JORNAL "NÓS MULHERES" (SÃO PAULO).

¿MADRE Y TRABAJADORA O TRABAJADORA Y MADRE? LOS DESAFÍOS DE LA MUJER TRABAJADORA EN LA DÉCADA DE 1970 EN LAS PÁGINAS DEL DIARIO "NÓS MULHERES" (SÃO PAULO).



KAREN MENEGATT¹

Sabemos que é somente numa sociedade que garanta à toda a população boas condições de existência, de trabalho, de estudo e liberdade e independência para se organizar política e sindicalmente, que estarão dadas as condições para se alcançar a emancipação feminina. Ou seja, a democracia brasileira precisa da mulher assim como a mulher precisa da democracia. (NÓS MULHERES. n.º 06, 1977, p. 02)

Resumo

O tema que orienta essa pesquisa é a situação das mulheres proletárias que precisam conciliar o trabalho e a maternidade nos anos 1970 através das páginas do Jornal *Nós Mulheres*. A partir desse trabalho, objetiva-se entender qual era o posicionamento dessas mulheres, analisar quais eram os seus discursos e compreender quais eram suas reivindicações e pautas. Para isso, a metodologia utilizada foi a de análise documental e de revisão bibliográfica baseada em autoras como Maria Amélia Teles (1993), Dulcília Buitoni (2009), Ana Luiza Martins e Tania Regina Luca (2018) entre outras e outros. Ao longo da pesquisa pode-se constatar que as principais reivindicações das trabalhadoras/mães era a criação de creches e outras políticas públicas que contribuíssem para a emancipação feminina e para o bem estar de seus filhos e família.

Palavras-chave: História das Mulheres, Imprensa alternativa, *Nós Mulheres*, Creches.

Sabemos que sólo en una sociedad que garantice a toda la población buenas condiciones de existencia, trabajo, estudio y libertad e independencia para organizarse política y sindicalmente se darán las condiciones para alcanzar la emancipación femenina. En otras palabras, la democracia

¹ Formação no Curso Normal - Magistério (2014 - 2017). Acadêmica da nona fase do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS Campus Erechim (RS). Participou como Secretária Geral do Diretório Acadêmico de História Olga Benário (2018 - 2019). Voluntária no grupo de pesquisas "Metáforas da Escravidão". E-mail: karenmenegatt@outlook.com



brasileña necesita a la mujer tanto como la mujer necesita a la democracia. (NÓS MULHERES. n° 06, 1977, p. 02)

Resumen

El tema que guía esta investigación es la situación de las mujeres proletarias que necesitaban conciliar trabajo y maternidad en los años 70 a través de las páginas del Periódico *Nós Mulheres*. A partir de este trabajo, el objetivo es comprender cuál era la posición de estas mujeres, analizar cuáles eran sus discursos y entender cuáles eran sus reivindicaciones y agendas. Para ello, la metodología utilizada fue el análisis documental y la revisión bibliográfica basada en autores como Maria Amélia Teles (1993), Dulcília Buitoni (2009), Ana Luiza Martins y Tania Regina Luca (2018) entre otros. A lo largo de la investigación, se observa que las principales reivindicaciones de las trabajadoras/madres fueron la creación de guarderías y otras políticas públicas que contribuyeran a la emancipación femenina y al bienestar de sus hijos y familia.

Palabras clave: Historia de las mujeres, Prensa alternativa, Nós Mulheres, Guarderías.

Introdução

De acordo com as renovações historiográficas que vem acontecendo nos últimos anos, a História da Imprensa passou a ser entendida com uma importante ferramenta para a análise de determinados conceitos, processos sociais e épocas. A imprensa alternativa que se destacou no Brasil durante o período da Ditadura Militar faz parte desse conjunto de possibilidades para entendermos determinadas pautas. Dessa forma, o tema que orienta essa pesquisa é a situação das mulheres proletárias que precisam conciliar o trabalho e a maternidade nos anos 1970 retratada através das páginas do Jornal *Nós Mulheres*. Para isso, buscamos analisar um conjunto de matérias que tiveram como tema central a criação de creches e outras políticas públicas que viessem para auxiliar as trabalhadoras e mães.

A história da luta feminina por direitos através da imprensa é um importante campo a ser explorado para entendermos quais eram os debates públicos que circulavam pela sociedade em determinado período. Conhecer os discursos debatidos sobre a posição ocupada pelas mulheres a partir de uma escrita fundamentalmente feminina, é compreender de que forma as mulheres de determinado período reconheciam-se, quais eram suas principais reivindicações e pautas. Dessa forma, o artigo fundamenta-se em autores e autoras que discutem a História da Imprensa e das Mulheres no Brasil como Maria Amélia Teles (1993), Dulcília Buitoni (2009), Ana Luiza Martins e Tania Regina Luca (2018).



O artigo divide-se em três partes, a primeira intitulada “A Imprensa Alternativa e o Jornal *Nós Mulheres*”, na qual discutimos a chegada da imprensa no Brasil, o surgimento da imprensa alternativa e a criação do Jornal *Nós Mulheres*, que trouxe diversas pautas importantes para o debate público, como a situação das mulheres na sociedade, a campanha pela anistia, métodos contraceptivos, direitos das mulheres, racismo e uma imensidade de outros assuntos. A segunda seção do artigo é intitulada “Trabalho para as mulheres, creche para as crianças!”. Nessa parte, buscamos analisar as matérias do jornal *Nós Mulheres*, principalmente as que tratavam sobre as questões que as trabalhadoras/mães precisavam lidar. Na última parte do artigo temos as considerações finais.

A imprensa alternativa e o jornal *Nós Mulheres*

Desde o surgimento da imprensa no Brasil no século XIX até a chegada da República muitas coisas se modificaram, como por exemplo, as tecnologias de produção dos impressos, a forma de elaboração jornalística, a divulgação e é claro, as pautas debatidas nas páginas impressas. Se durante o século XIX a imprensa era um pilar fundamental na organização política e social da população brasileira, mesmo para os não letrados, no século XX esse papel é reforçado a partir das publicações de âmbito mais amplo e de maior alcance. É nesse período da História brasileira que nossa jovem República é marcada por governos ditatoriais e autoritários em dois momentos: primeiro com a Era Vargas (1930-1945) e mais tarde com a Ditadura Militar (1964-1985). É no contexto desse segundo momento que essa pesquisa é idealizada.

Na contramão da crescente censura imposta pelo regime militar, a imprensa alternativa ou imprensa “nanica”, como foi apelidada, começa a ganhar força entre os contrários ao governo e ao sistema em vigência. De acordo com Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2018), essa vertente da imprensa existiu durante toda a história dos periódicos no Brasil, porém, é com a necessidade de encontrar uma forma de protestar contra o regime militar e divulgar ideias contrárias ao autoritarismo e aos ideais defendidos na grande mídia que a imprensa alternativa ganha um maior fôlego, principalmente na década de 1960/1970. Ainda de acordo com as autoras: “Na história brasileira, os frequentes “alternativos” seriam jornais que se oporiam ou se desviariam das tendências hegemônicas na imprensa convencional brasileira, que esta pretende tornar hegemônicas no país.” (MARTINS; DE LUCA, p. 236, 2018).



De acordo com Maria Paula Nascimento Araújo, durante os anos de Ditadura Militar, sobretudo no decorrer da década de 1970, essa imprensa alternativa que teria se destacado buscava questionar frequentemente o regime militar e denunciar as violências por ele cometidas, e, geralmente, expressar opiniões características da esquerda em um lugar que as posições políticas eram perseguidas e monitoradas. Esses jornais eram editados com o formato tabloide e na maioria das vezes apresentava uma tiragem irregular e com uma circulação bastante restrita. Podiam ser comprados em bancas e principalmente, em âmbitos da militância. A historiadora destaca ainda que:

A imprensa alternativa congregava jornais de vários tipos: 1) jornais de esquerda (que se vinculavam tanto a jornalistas de oposição quanto aos partidos e organizações políticas clandestinas); 2) revistas de “contracultura” (que reuniam intelectuais e artistas “alternativos” ou “malditos” — artistas que produziam fora do esquema comercial) e 3) publicações de movimentos sociais (englobando neste campo o movimento estudantil, os movimentos de bairro e, principalmente, um tipo específico de imprensa alternativa, aquela vinculada a grupos e movimentos de minorias políticas, como a imprensa feminista, a chamada “imprensa negra”, os jornais de grupos homossexuais organizados, as publicações indígenas etc.). (ARAUJO, verbete/CPDOC)

Destacamos aqui os jornais alternativos que buscavam publicar sobre assuntos vinculados aos movimentos sociais, em especial, a imprensa feminista². Esta que buscava sempre criticar a visão tradicional da esquerda já que atuava com uma proposta que valorizava o cotidiano, a experiência particular de cada indivíduo e também as relações pessoais, prezando desta forma o sujeito político partindo das experiências reais de mulheres reais. Desta forma, nasce em São Paulo no ano de 1976 o jornal *Nós Mulheres*. Tendo como responsável pelo mini tabloide a jornalista Mariza Corrêa e a colaboração de quase trinta mulheres, o jornal contava com ilustrações, fotos, reportagens, entrevistas, notícias, ensaios e artigos de interesse das mulheres e de cunho social, político, cultural e feminista. Tinha como proposta “[...] discutir os problemas femininos e também popularizar a linguagem a fim de atingir as classes baixas.” (BUITONI, 2009, p. 123).

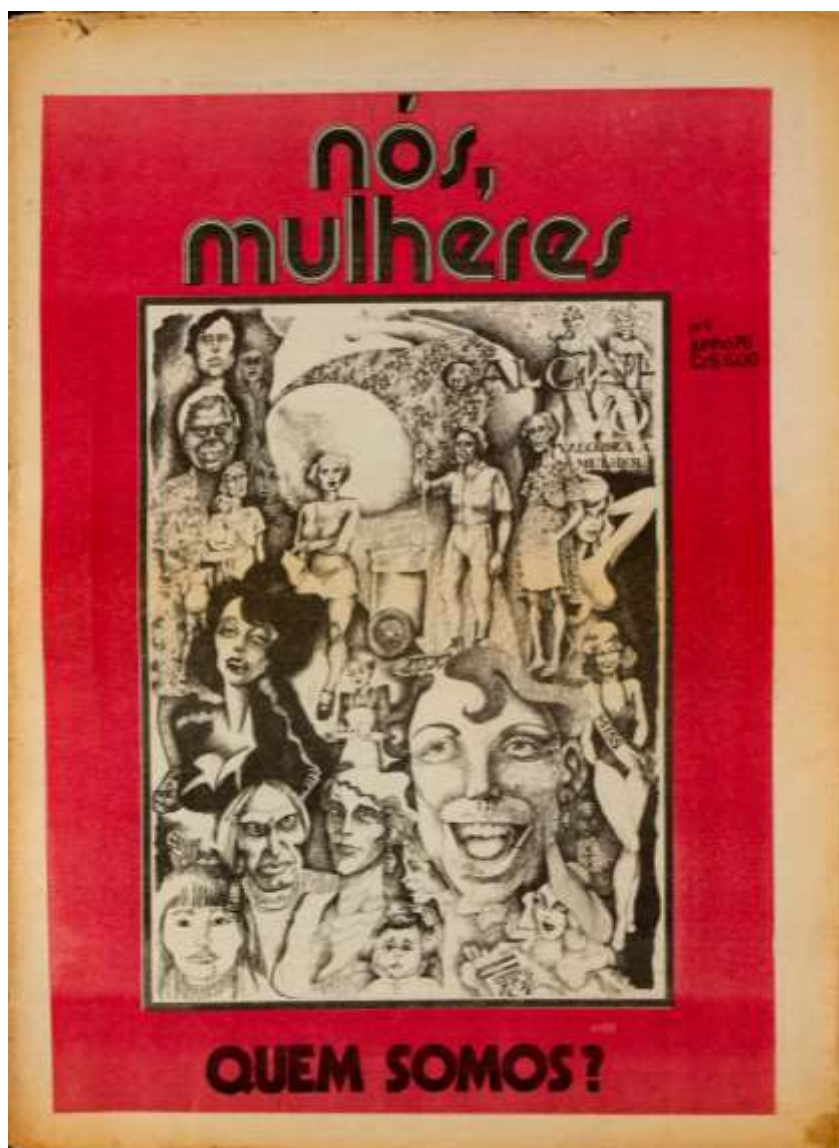
Em seus dois anos de funcionamento (1976 – 1978), o jornal publicou oito editoriais, foi organizado e publicado pela Associação de Mulheres e teve sua primeira edição financiada pela atriz Ruth Escobar. Apesar de o periódico não divulgar dados sobre sua tiragem, sabemos que o acesso ao universo letrado estava longe de ser universal na

² De acordo com Constância Lima Duarte (2017), a imprensa feminista era aquela destinada ao sexo feminino, ou seja, tinha como público alvo as mulheres e trazia em suas páginas matérias reivindicatórias e que buscavam protestar contra a opressão e a discriminação, exigindo a ampliação de direitos civis e políticos.



década de 1970, desta forma, por mais que o jornal se propusesse a alcançar o maior número de mulheres, sem distinção de classe, raça ou pensamentos, esse acesso esbarrava em questões técnicas e sociais, como por exemplo a alfabetização. Apesar disso, o jornal foi fundamental para levar o debate sobre diversos assuntos, como a campanha pela anistia, problemas sociais, racismo, e, principalmente, sobre a condição do sexo feminino às mulheres pobres e trabalhadoras. Destacamos aqui a apresentação contida no primeiro editorial do periódico:

[...] Achamos que *Nós Mulheres* devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres. É possível que nos perguntem: “Mas se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos?”. Nós responderemos: O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é um trabalho necessário, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. Queremos, portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa que moramos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseira e nossa luta é por torna-las sociais. Mas não é só. *Nós mulheres* queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. (*Nós Mulheres*, 1976, nº 01, p. 02)



(Capa do Jornal Nós Mulheres, nº 01, 1976, São Paulo – podemos ver na imagem que em sua primeira edição, o jornal buscou estampar em seu rosto a cara da diversidade de mulheres e da cultura feminina que o periódico tinha como objetivo de alcançar, representar e comunicar.)

Podemos observar a partir da capa da primeira edição do jornal que a construção imagética proposta pelas editoras buscou servir como um espelho direcionado as leitoras do periódico, ou seja, buscou ilustrar uma diversidade de mulheres, para que ao entrarem em contato com o jornal, as diferentes figuras femininas se vissem retratadas nas páginas do impresso, e entendessem que suas reivindicações eram as reivindicações do jornal. Ao analisar a imagem, podemos notar que ao mesmo tempo que há a representação de mulheres de uma aparente classe social mais elevada, cultas, preocupadas com padrões de beleza, temos também a representação de mulheres pobres, trabalhadoras da zona rural e urbana, negras, brancas e indígenas. Ou seja, ao mesmo tempo que o jornal buscava atingir e representar as pautas de mulheres em melhores condições sociais, buscava também representar as mulheres operárias, pobres e de diferentes etnias e culturas.



Podemos compreender que desta forma o jornal buscava tornar as reivindicações femininas universais, sendo assim, a luta de uma mulher era a luta de todas as mulheres.

De acordo com Maria Amélia Teles (1993), o jornal *Nós Mulheres* buscava debater a socialização do trabalho doméstico a partir da criação de aparatos sociais, como as creches, lavanderias e refeitórios públicos e também sobre a divisão dos trabalhos e a posição que as mulheres ocupavam nessa divisão. Desta forma, pretendemos abordar neste trabalho a condição das mulheres mães e operárias na sociedade e suas reivindicações a partir das páginas do impresso *Nós Mulheres*, levando em consideração que o jornal não dialogava exclusivamente com mulheres de uma única classe social. Sendo assim, precisamos compreender que as reivindicações pleiteadas por um grupo de mulheres nem sempre representava todo o universo reivindicativo feminino. Enquanto mulheres pobres e operárias buscavam por creches para seus filhos para que pudessem trabalhar nas fábricas sem a preocupação de onde deixar suas crianças; mulheres de classe social mais elevada buscavam esses lugares para terem condições de competir no mercado de trabalho procurando uma posição diferente daquela que ocupavam como donas de casa, e desta forma, tornando-se mais autônomas.

Trabalho para as mulheres, creches para as crianças!

Se o abismo de oportunidades e de colocação na sociedade era enorme entre as mulheres e os homens durante o século XX, não podemos deixar de reconhecer que essa situação não era tão diferente entre mulheres com condições sociais mais elevadas e mulheres pobres, em especial, negras. Enquanto algumas mulheres ocupavam o espaço público para reivindicar o direito ao trabalho para além da ocupação de donas de casa, grupos de mulheres desfavorecidas, às margens da sociedade, precisavam lutar por condições mínimas para manter seus trabalhos e garantir o mínimo para seus sustentos e de suas famílias.

A maior dificuldade que a gente tem é principalmente quando a gente é casada e é dona de casa e ao mesmo tempo mãe. Porque às vezes, a gente chega numa fábrica e pede para arrumar um serviço. Então eles podem estar precisando de serviço, na hora, mas assim que eles pedem o documento da gente e olha, eles falam: “Ah, é uma pena, mas você é casada, você tem filho, então você vai ter problema e a gente não pode pegar esse tipo de pessoa.” Outro problema é com as crianças, é não ter com quem deixar. Eu fiquei sem trabalhar algum tempo porque as crianças eram pequenas e não tinha com quem deixar.

[...]

Meus filhos agora já estão um pouquinho grandes. Eu tenho uma filha de onze anos, um menino de nove e outro de sete. Então, eles já se viram e ficam em casa sozinhos, a menina e o menino mais velhos, eles vão na aula de manhã e



o mais pequeno vai na aula à tarde. Então, ou já deixo comida pronta e na hora do almoço eles esquentam a comida e comem e na hora de ir pra escola eles se viram também. Eles levantam, eles se arrumam, vão para a escola, e os afazeres domésticos a gente divide. Então o que as crianças podem fazer, eles fazem. (*Nós Mulheres*, 1976, nº 01, p. 11)

O trecho trazido a cima é um relato de uma mulher/mãe trabalhadora de uma fábrica paulista e retrata a dificuldade das mulheres operárias que precisam conciliar a vida doméstica, o trabalho na fábrica e a maternidade durante a década de 1970. O trecho nos traz ainda outra questão a ser observada: o não cumprimento das leis trabalhistas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 que previa a criação de espaços para amamentação e assistência aos filhos e filhas de mulheres maiores de dezesseis anos em empresas que contassem com trinta ou mais funcionárias. (BRASIL, 1943)

O depoimento a cima esbarra em outro problema recorrente enfrentado pelas mães trabalhadoras de baixa classe social: mesmo que as empresas cumprissem a lei e garantissem a assistência para as mães e seus filhos, esse amparo acontecia apenas nos primeiros seis meses de vida da criança, pois não existia nenhuma lei que estabelecesse a necessidade da criança estar em uma escola ou creche até os sete anos de idade. Após os seis primeiros meses, mãe e criança voltavam a situação de desamparo e incerteza, já que a maior parte das trabalhadoras não conseguiam vagas nas creches dos bairros por não terem condições de arcar com os gastos ou justamente pela inexistência das vagas.

Podemos ver também as situações precárias e até perigosas que as crianças eram submetidas muitas vezes por falta de amparo. Ficar sozinhas, sem a supervisão e os cuidados de alguém responsável era algo que acontecia com frequência com as crianças cujas mãe operárias precisavam sair de casa para ajudar na manutenção das contas e que não encontravam outras alternativas, já que as vagas nas escolas eram bastante limitadas e mesmo as existentes eram praticamente inacessíveis, pelo custo financeiro que dificilmente as famílias poderiam arcar.

É durante a década de 1960 e, principalmente 1970, que tanto as trabalhadoras rurais quanto as trabalhadoras urbanas começam a adquirir em sua participação política alguns temas de reflexão que partem tanto da esfera doméstica quanto da esfera trabalhista para que a divisão sexual do trabalho passe a ser revista. De acordo com Paola Cappellin Giuliani (2004), as constantes avaliações oferecidas pelos grupos femininos sobre os papéis sociais da mulher (mãe, esposa, dona de casa, trabalhadora), foram fundamentais na contribuição de diversos processos do período, como por exemplo a redemocratização,



a promulgação de leis mais “coerentes com a efetiva atuação econômica e social da mulher”, e sobretudo, sobre a demanda de serviços públicos que viessem a servir como apoio à mãe trabalhadora.

A edição número seis de agosto/setembro de 1977 traz uma matéria extensa ocupando uma página inteira sobre a temática recorrente do jornal: o debate sobre as creches.

Há muitas mães deixando os filhos trancados no quarto, ao sair para buscar seu pão. Ou então, pagando metade de seu salário para outra mulher tomar conta dos seus filhos, enquanto vai trabalhar na fábrica, no hospital, ou, frequentemente, na casa de uma terceira mulher, onde olha suas crianças e faz a limpeza. Raras são as mulheres que conseguem matricular seus filhos numa creche onde paguem pouco ou nada, tenham condução mais ou menos fácil e fiquem tranquilas ao saber que os filhos estão sendo bem cuidados. (*Nós Mulheres*, 1977, n° 6, p. 11).

No trecho citado, percebemos a dificuldade das mulheres trabalhadoras ao sair para o trabalho e não contarem com as condições necessárias para deixar os filhos em uma situação adequada e de segurança. Podemos notar também as redes de trabalhos mal remunerados criadas para que as mulheres e mães pudessem trabalhar, mesmo que precariamente e pelo mínimo, para ajudar nos mantimentos de casa e também para conseguir alguém que cuide de seus filhos. Uma mãe cuidando do filho de outra mãe que precisou sair para trabalhar na casa de uma terceira mãe, cuidando de seus filhos enquanto esta sai para trabalhar durante o dia. A partir dessa rede, cria-se um sistema no qual as crianças sofrem por não ter o acompanhamento adequado e estar longe de um espaço educacional e de socialização. A mulher precisa se expor a um trabalho que na maioria das vezes paga apenas o suficiente para ajudar em pouquíssimas coisas, além de expor-se por um salário baixíssimo, ainda precisa deixar seus filhos em situações precárias.

Essa luta característica do feminismo operário por creches possuía fundamentação não apenas no argumento de “onde deixar meus filhos enquanto trabalho?”, mas sim, na questão da escola/creche como um espaço favorável ao desenvolvimento da criança e de seus potenciais, como podemos ver no trecho a seguir:

Limitação de espaço, falta de áreas verdes, problemas com pessoal sem qualificação... Essa é a realidade das creches. Parece até que cresce é um lugar onde se guardam crianças enquanto suas mães trabalham. Mas creche não é só isto.

O período em que uma criança deveria frequentar creches (que vai dos primeiros meses de vida aos seis anos) tem um papel decisivo na sua formação. Nessa fase a criança é uma grande exploradora: inicia a descoberta do mundo,



experimenta suas habilidades e começa a se comunicar através da linguagem. As pessoas que cuidam dessas crianças devem ser especializadas e competentes, para que possam dar a elas condições de um desenvolvimento sadio. As creches e todas as instituições de educação pré-escolar devem contribuir para desenvolver as potencialidades das crianças, se quiserem preencher sua função de prepara-los para um bom desempenho escolar futuro. E, pois as crianças que não passam por esse processo de educação pré-escolar, já entra, na escola primária com deficiências que vão dificultar seu processo de aprendizagem. Essas crianças geralmente vêm de um mundo doméstico de pobreza, com saúde precária e passam a enfrentar a escola em total desigualdade de condições. (*Nós Mulheres*, 1976, nº 2, p. 10)

Essa questão esbarra no debate importante sobre o direito a escola para crianças de todas as idades, não apenas para estarem em um lugar seguro enquanto os pais estão em horário de trabalho, mas sim para desenvolverem suas capacidades e terem todos os estímulos educacionais possíveis. “Na verdade, a luta travada pelas mulheres por creches para seus filhos ensinou-lhes a identificar a creche como um direito da população e, além disso, como um direito da criança de possuir um espaço adequado para sua educação, complementar à educação familiar.” (AGUIAR, 2001, p. 34). Podemos notar que o acesso ao universo escolar é uma preocupação bastante presente no cotidiano dessas mulheres pobres e trabalhadoras, que enxergam na escola a possibilidade de terem seus filhos em um ambiente diferente de sua realidade diária de exclusão e pobreza e veem dessa forma uma oportunidade de diminuir as desigualdades sociais as quais estão submetidos.

A jornalista termina a matéria citada a cima falando sobre a importância das famílias participarem ativamente do trabalho desenvolvido nas creches, sempre mantendo o contato com os professores e psicólogos para assim receberem orientações e informações sobre o cuidados com os filhos. Aqui precisamos destacar os incessantes pedidos das mulheres entrevistadas para que os homens participem da vida doméstica, já que na maior parte das vezes esse aspecto fica apenas sob os cuidados femininos.

As creches no Brasil e o surgimento delas acompanham as relações das mães operárias e seus filhos pequenos. Dessa forma, de acordo com Beatriz Carmo Lima de Aguiar (2001), a história da creche está ligada a alterações na economia, o que acaba modificando o papel da mulher na sociedade e exigindo que esta saia do âmbito doméstico para o trabalho nas fábricas, casas de família e outros estabelecimentos. Isso acaba repercutindo na esfera familiar, principalmente no que tange a educação dos filhos. Sendo assim, além do trabalho fora de casa, as mulheres se enxergam em uma posição que precisam também dar conta do trabalho doméstico e da guarda de seus filhos, já que pouco recebem apoio de seus companheiros. Dessa forma, a saída que enxergam é pressionar o



poder público, os sindicatos e as empresas nas quais trabalha, por apoio para criar, organizar e manter as creches.

Outra questão debatida nas edições do jornal *Nós Mulheres* é a dificuldade encontrada ao procurar um emprego quando consta nos documentos das mulheres que elas são casadas ou tem filhos. A discriminação baseada na ideia que dessa forma elas seriam menos úteis ou poderiam faltar no trabalho em excesso é algo que acompanhava a busca por trabalho. Alguns depoimentos contidos nas edições do jornal diziam que as empresas costumavam demitir as funcionárias que se casavam ou engravidavam. Mesmo com as leis que amparavam as mulheres nessas questões, ainda assim as empresas conseguiam burlar essas situações.

O jornal buscava sempre problematizar os padrões sexistas impostos as mulheres através das jornadas de trabalho que aconteciam tanto em casa ou fora dela, e dessa forma, ele propunha um conjunto de reivindicações que tinha como solução a criação de políticas públicas que fossem sustentadas pelo Estado e que beneficiassem as mulheres e seus filhos e filhas.

Considerações finais

A partir da pesquisa aqui proposta podemos perceber que a imprensa alternativa teve um importante papel na organização dos movimentos sociais em um momento da História brasileira na qual protestar contra a ordem era extremamente perigoso. O jornal *Nós Mulheres* foi categórico ao desafiar esse sistema e publicar assuntos tão diversos e polêmicos em suas páginas e, dessa forma, incentivar que as mulheres reivindicassem seus direitos e participassem dos movimentos sociais através dos sindicatos e outras organizações.

O jornal *Nós Mulheres* trouxe ao debate público pautas importantes sobre o universo feminino e operário. Sempre buscou alertar as mulheres da condição a qual estavam submetidas e, dessa forma, além de expor essa situação, buscava também encontrar soluções e reivindicar direitos para as mulheres. Buscou sempre falar sobre temas polêmicos e caros a sociedade, como métodos contraceptivos, acesso ao aborto, racismo, liberdade sexual, prazer da mulher, liberdade política, fim do autoritarismo, campanha pela anistia, entre outros tantos assuntos. Com uma linguagem fácil e acessível,



o periódico era facilmente acolhido por mulheres de todas as classes sociais, principalmente, por mulheres da classe trabalhadora, que eram o principal alvo do jornal.

O debate sobre ser mãe e trabalhadora permeou as páginas do *Nós Mulheres* em todas suas edições. As dificuldades encontradas por essas mulheres eram sempre trazidas de maneira categórica através de reportagens, entrevistas, pesquisas e textos. Através de suas reportagens, o jornal buscava criar campanhas pela criação de políticas públicas de amparo as mulheres operárias, que precisavam enfrentar uma jornada tripla de trabalho: cuidando de suas casas, família e empregos e recebendo salários ínfimos por apenas uma dessas tarefas. A busca constante por apoio sindical/estatal que viesse para o auxílio dessas trabalhadoras era a pauta oficial do periódico. Lavanderias públicas, restaurantes populares e acesso universal às creches era a prioridade dos debates e reivindicações das feministas/operárias/mulheres da década de 1970.

Podemos concluir que a principal reivindicação nesses casos era a criação e a manutenção de creches públicas e de qualidade, que viessem em benefício da mãe trabalhadora, e também, do desenvolvimento das crianças. Creches como direito das mulheres operárias, mas sobretudo, das crianças.

Data de Submissão: 18/06/2021

Data de Aceite: 08/08/2021

Documento

Nós Mulheres. São Paulo, SP, 1976/1977/1978. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/nosmulheres/>>

REFERÊNCIAS

AGUIAR, B. C. L. de. **A instituição creche: apontamentos sobre sua história e papel.** Nuances (UNESP Presidente Prudente), Presidente Prudente - SP, v. VII, set. 01, p. 30-35, 2001.

ARAÚJO, M.P.N. **Imprensa Alternativa.** In: FGV/CPDOC. Verbetes. (Site). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensaalternativa>>. Acesso em 04 mai. 2021.



BRASIL. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm> Acesso em: 09 mai. 2021.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulheres de papel:** a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

GIULANI, Paola Cappellin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del (org.). **A história das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (Orgs.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2018.

SCHEIBE, Cristina Wolff; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. **Mulheres de Luta:** feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo, Brasiliense, 1993.